

# Demandas e Contextos da Educação no Século XXI 2

Karina Durau  
(Organizadora)



 **Atena**  
Editora

Ano 2019

Karina Durau  
(Organizadora)

# Demandas e Contextos da Educação no Século XXI 2

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Karine de Lima

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

D371 Demandas e contextos da educação no século XXI 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Karina Durau. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Demandas e Contextos da Educação no Século XXI; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-083-4

DOI 10.22533/at.ed.834190402

1. Educação. 2. Ensino superior – Brasil. I. Durau, Karina.

CDD 378.81

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A obra “Demandas e contextos da educação no século XXI” apresenta um conjunto de 62 artigos organizados em dois volumes, de publicação da Atena Editora, que abordam temáticas contemporâneas sobre a educação no contexto deste século nos vários cenários do Brasil. No primeiro volume são apresentados textos que englobam aspectos da Educação Básica e, no segundo volume, aspectos do Ensino Superior.

Práticas pedagógicas significativas, avaliação, formação de professores e uso de novas tecnologias ainda se constituem como principais desafios na educação contemporânea. São tarefas desafiadoras, porém que atraem muitos pesquisadores, professores e estudantes que buscam discutir esses temas e demonstram em suas pesquisas que o conhecimento sobre todos os aspectos que envolvem os processos de ensino e de aprendizagem na Educação Básica e no Ensino Superior requerem uma prática pedagógica reflexiva. Muitas pesquisas indicam que cada grupo de docentes e discentes, em seus contextos social e cultural, revelam suas necessidades e demandam uma reelaboração sobre concepções e práticas pedagógicas para os processos de ensino e de aprendizagem.

Nessa perspectiva, o volume I desta obra é dedicado aos pesquisadores, professores e estudantes que se aplicam aos estudos de toda a complexidade que envolve os processos de ensino e de aprendizagem da Educação Básica, incluindo reflexões sobre políticas públicas voltadas para a educação, práticas pedagógicas, formação inicial e continuada de professores, avaliação e o uso de novas tecnologias na educação.

Já o volume II é dedicado aos pesquisadores, professores e estudantes que se interessam pelas demandas do Ensino Superior, como a relação entre a teoria e a prática em diversos cursos de graduação, seus processos de avaliação e o uso de tecnologias nesse nível da educação.

Assim esperamos que esta obra possa contribuir para a reflexão sobre as demandas e contextos educacionais brasileiros com vistas à superação de desafios por meio dos processos de ensino e de aprendizagem significativos a partir da (re) organização do trabalho pedagógico na Educação Básica e no Ensino Superior.

Karina Durau  
(Organizadora)

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A INTRODUÇÃO DO REGIME UNIVERSITÁRIO COMO REGRA BÁSICA DE ORGANIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: UMA ANÁLISE LEGAL, HISTÓRICA E EDUCACIONAL	
Edelcio José Stroparo Eduardo José Ramalho Stroparo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8341904021</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>18</b>
SOB AS ORDENS DA IGREJA: AS AÇÕES DE DOM LUCIANO JOSÉ CABRAL DUARTE NA CONSTRUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO GINÁSIO DE APLICAÇÃO DE SERGIPE (1960-1965)	
Ane Rose de Jesus Santos Maciel Danilo Mota de Jesus Josefa Eliana Souza Patrícia de Sousa Nunes Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8341904022</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>34</b>
PARTICIPAÇÃO COMO ESTRATÉGIA UNIVERSITÁRIA NA PERSPECTIVA DE UMA SOCIEDADE MULTIDIMENSIONAL	
Fabiana Pinto de Almeida Bizarria Mônica Mota Tassigny Flávia Lorenne Sampaio Barbosa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8341904023</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>54</b>
DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR E TECNOLOGIAS DIGITAIS: POSSÍVEIS CAMINHOS	
Vicente de Paulo Morais Junior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8341904024</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>62</b>
O ENSINO DE ODONTOLOGIA NA AMÉRICA DO SÉCULO XIX	
Danilo Mota de Jesus	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8341904025</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>72</b>
A EVOLUÇÃO DO ENSINO FARMACÊUTICO NO BRASIL: IMPORTÂNCIA DA CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL E EFETIVA ATUAÇÃO NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	
Viviane Cecília Kessler Nunes Deuschle Gabriela Bonfanti Azzolin Josiane Woutheres Bortolotto Regis Augusto Norbert Deuschle Rita Leal Sperotto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8341904026</b>	

**CAPÍTULO 7 ..... 84**

PERFIL DOS ALUNOS DE UMA DISCIPLINA EM PROMOÇÃO DA SAÚDE NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – BRASIL

Mariana Gomes Lourenço Simões  
André Ribeiro da Silva  
Jítone Leônidas Soares  
Cássio Murilo Alves Costa  
Sílvia Emanoella Silva Martins de Souza  
Eldernan dos Santos Dias  
Guilherme Lins de Magalhães  
Jônatas de França Barros

**DOI 10.22533/at.ed.8341904027**

**CAPÍTULO 8 ..... 93**

A COMISSÃO DE SANEAMENTO E PROFILAXIA RURAL DA PARAÍBA: OS LIMITES DA INSTITUCIONALIZAÇÃO

Silvera Vieira de Araújo

**DOI 10.22533/at.ed.8341904028**

**CAPÍTULO 9 ..... 105**

EDUCAÇÃO PROBLEMATIZADORA NA CULTURA DA SEGURANÇA DO PACIENTE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Tereza Natália Bezerra de Lima  
Joelma Laurentino Martins de Souza  
Maria Eduarda Lima de Carvalho  
Márcia Andréa Albuquerque Santos de Mendonça  
Nathália Santos de Mendonça

**DOI 10.22533/at.ed.8341904029**

**CAPÍTULO 10 ..... 112**

A TRANSIÇÃO DAS MULHERES TRANSEXUAIS NA PERSPECTIVA DA ENFERMAGEM

Janaina Pinto Janini  
Rosangela da Silva Santos

**DOI 10.22533/at.ed.83419040210**

**CAPÍTULO 11 ..... 128**

O APOIO PSICOLÓGICO EM UMA UNIDADE DE HEMODIÁLISE

Aline Rosa da Costa  
Lucas de Moura Lima  
Maurício Campos

**DOI 10.22533/at.ed.83419040211**

**CAPÍTULO 12 ..... 134**

PERCEPÇÕES E SENTIMENTOS DE PACIENTES SUBMETIDOS A HEMODIÁLISE

Aline Alves Fernandes  
Rayrane Clarah Chaveiro Moraes  
Renata Alessandra Evangelista  
Alexandre de Assis Bueno

**DOI 10.22533/at.ed.83419040212**

**CAPÍTULO 13 ..... 141**

O ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE O ENSINO DE CIÊNCIAS: A PRODUÇÃO EM DISSERTAÇÕES E TESES

Laertty Garcia de Sousa Cabral  
Monique Gonçalves Alves  
Rosely Cabette Barbosa Alves  
Paulo César Geglio

**DOI 10.22533/at.ed.83419040213**

**CAPÍTULO 14 ..... 154**

O ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE O ENSINO DE CIÊNCIAS: A PRODUÇÃO EM PERIÓDICOS CIENTÍFICOS

Monique Gonçalves Alves  
Laertty Garcia de Sousa Cabral  
Rosely Cabette Barbosa Alves  
Paulo César Geglio  
Fátima dos Santos Silva

**DOI 10.22533/at.ed.83419040214**

**CAPÍTULO 15 ..... 164**

EXTRAÇÃO E ANÁLISE DO ÓLEO ESSENCIAL DE *PROTIUM HEPTAPHYLLUM*: UM RECURSO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO NO ENSINO DE QUÍMICA ORGÂNICA

Sidney Gonçalo de Lima  
Eduard David Simões Mourão  
Beatriz da Silva Rodrigues  
Giovanna Morghanna Barbosa do Nascimento  
Josieli Lima da Silva  
Wanessa Sales de Almeida  
Luciana Nobre de Abreu Ferreira  
Francisco Eroni Paz Santos

**DOI 10.22533/at.ed.83419040215**

**CAPÍTULO 16 ..... 176**

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO III: UMA VIVÊNCIA POSITIVA COM APICULTORES DA CIDADE DE JAGUARARI

Ruth Lêdja da Silva Ferreira de Araújo  
Calixto Júnior de Souza  
Ester Doanni da Silva Ferreira Dias  
Andrezza Tuanny Martins da Silva  
Maria Muritiba de Oliveira

**DOI 10.22533/at.ed.83419040216**

**CAPÍTULO 17 ..... 180**

OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DA CADEIA PRODUTIVA DO SETOR AUTOMOTIVO DO SUDESTE GOIANO

Sara da Costa Fernandes  
Vagner Rosalem  
Euclides Fernandes dos Reis  
Márcio do Carmo Boareto  
Vanessa Bitencourth dos Santos

**DOI 10.22533/at.ed.83419040217**

<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>193</b>
LOGOS - CADERNO DE ESTUDOS E EXERCÍCIOS DE LÓGICA DO AMBIENTE DE ENSINO HERÁCLITO	
Fabiane Flores Penteado Galafassi Cristiano Galafassi João Carlos Gluz Rosa Maria Vicari	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83419040218</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>205</b>
A CULTURA DE MASSA E A ARTE EDUCAÇÃO BRASILEIRA	
Edilmar Marcelino Ana Beatriz Buoso Marcelino	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83419040219</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>219</b>
ENSINO DE ANTROPOLOGIA E A HUMANIZAÇÃO ANTROPOLÓGICA: OS DESDOBRAMENTOS EDUCATIVOS NOS ESTUDO DAS DIFERENÇAS CULTURAIS	
Ivan Penteado Dourado	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83419040220</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>239</b>
O NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS DO CURSO DE DIREITO DA UNICRUZ COMO UMA FERRAMENTA DE ENSINO DA PRÁTICA PROCESSUAL: POSSIBILITANDO O ACESSO À JUSTIÇA DA COMUNIDADE CARENTE	
Jéssica Reis Silvano Barbosa Vanessa Mastella Soares Raquel Buzatti Souto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83419040221</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>246</b>
AGÊNCIAS REGULADORAS E GOVERNANÇA REGULATÓRIA AMPLIANDO REFLEXÕES PARA AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	
Flavine Meghy Metne Mendes Alcides Fernando Gussi	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83419040222</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>263</b>
A GESTÃO DE RISCOS DE DESASTRES SOCIONATURAIS NA PERSPECTIVA DA ENGENHARIA DE RESILIÊNCIA	
Andréa Jaeger Foresti Luiz Antônio Bressani Cornélia Eckert Luiz Carlos Pinto da Silva Filho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83419040223</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>281</b>
A CONTRIBUIÇÃO DO ORIENTADOR EDUCACIONAL NAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS	
Edla Maria Gordiano Chagas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83419040224</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>289</b>

## O NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS DO CURSO DE DIREITO DA UNICRUZ COMO UMA FERRAMENTA DE ENSINO DA PRÁTICA PROCESSUAL: POSSIBILITANDO O ACESSO À JUSTIÇA DA COMUNIDADE CARENTE

**Jéssica Reis Silvano Barbosa**

Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ  
Cruz Alta/RS

**Vanessa Mastella Soares**

Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ  
Cruz Alta/RS

**Raquel Buzatti Souto**

Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ  
Cruz Alta/RS

**RESUMO:** O presente artigo visa apresentar a contribuição do Núcleo de Práticas Jurídicas - NPJ do Curso de Direito da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ para o ensino da prática processual dos acadêmicos do Curso de Direito da UNICRUZ e o acesso à justiça da comunidade carente através do serviço prestado pelo NPJ. Nessa perspectiva o NPJ busca desenvolver atividades de orientação para o exercício da cidadania em prol dos direitos humanos a fim de atender aos direitos fundamentais na integração desses direitos com o alcance a população. A metodologia utilizada para a construção desse presente trabalho foi de caráter bibliográfico e documental, a partir da análise investigativa dos registros concretos de atendimentos realizados à comunidade. Assim, o NPJ busca levar o conhecimento jurídico adquirido na sala de aula para um espaço de ensino onde possa existir

a participação do corpo docente e discente na transformação do acadêmico, a partir de um diálogo entre a teoria e a prática do direito na formação de um acadêmico cidadão, visto que viabiliza o acesso à justiça aqueles que não tem condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do seu sustento.

**PALAVRAS-CHAVE:** NPJ. Ensino. Acesso à Justiça

**ABSTRACT:** The present article aims to present the contribution of the Juridical Practice Center of the Law Course of the Cruz Alta University-UNICRUZ to the procedural practice of teaching students of the Law Course of UNICRUZ and access to justice of the poor community by service provided by NPJ. From this perspective the NPJ seeks to develop guidance activities for citizenship exercise in favor of the human rights in order to meet the fundamental rights in the integration of these rights with the scope to population. The methodology used for the construction of this present work was bibliographic and documentary, from the investigative analysis of the specific records of services provided to the community. So the NPJ seeks to bring the legal knowledge acquired in the classroom to a teaching space where there could be the participation of faculty and students in the transformation of academic, from

a dialogue between theory and practice law in the formation of an academic citizen, as facilitating access to justice those who can't afford to pay the court costs and attorneys' fees without prejudice to their livelihood.

**KEYWORDS:** NPJ. Education. Access to Justice

## 1 | INTRODUÇÃO

Com o advento da Portaria nº 1.886/94 do MEC (Ministério da Educação) surgiram as primeiras diretrizes curriculares para os cursos de Direito do país e dentre elas a obrigatoriedade de estágios curriculares de práticas jurídicas, tornando assim a interdisciplinaridade do ensino jurídico com a prática levada a comunidade.

Nesse viés, os Cursos de Direito das Universidades criaram os seus Núcleos de Práticas e/ou Escritórios Modelos a fim de oportunizar aos acadêmicos a prática jurídico-processual aliada aos conhecimentos teóricos adquiridos nas aulas teóricas de sala de aula.

Desse modo, através das atividades desenvolvidas com os acadêmicos é prestado o atendimento à comunidade carente a qual não possui meios de acesso à justiça por conta própria necessitando dos serviços prestados por órgãos assistenciais que viabilizam o ingresso na justiça, como os Núcleos de Práticas Jurídicas - NPJ, garantindo a essas o direito constitucional de acesso à justiça.

Nesse sentido, é o objetivo geral do Núcleo de Práticas Jurídicas do Curso de Direito da Universidade de Cruz Alta levar o conhecimento jurídico adquirido em sala de aula para um espaço de ensino onde possa existir a participação do corpo docente e discente na transformação do acadêmico, a partir de um diálogo entre a teoria e a prática do direito na formação de um acadêmico cidadão.

Nessa perspectiva o NPJ da Universidade de Cruz Alta busca desenvolver atividades de orientação para o exercício da cidadania em prol dos direitos humanos a fim de atender aos direitos fundamentais na integração desses direitos com o alcance à população.

## 2 | REVISÃO DE LITERATURA

Com o advento da Portaria nº 1.886/94 do MEC, que fixa as diretrizes curriculares e o conteúdo mínimo do curso jurídico, foram instituídos os Núcleos de Prática Jurídica ou Escritórios Modelos nas faculdades de direito, com o objetivo de melhorar a qualidade de ensino do futuro bacharel em direito, visto que através das atividades desenvolvidas pelos acadêmicos junto aos Núcleos de Práticas Jurídicas, coloca o estudante diante da realidade e problemas enfrentados na rotina dos advogados. Assim, é uma ferramenta fundamental para formação do corpo discente das universidades.

Nesse sentido, cabe destacar o art. 10, §1º da Portaria nº 1.886/94 do MEC:

Art. 10. O estágio de prática jurídica, supervisionado pela instituição de ensino superior, será obrigatório e integrante do currículo pleno, em um total de 300 horas de atividades práticas simuladas e reais desenvolvidas pelo aluno sob controle e orientação do núcleo correspondente. § 1º O núcleo de prática jurídica, coordenado por professores do curso, disporá instalações adequadas para treinamento das atividades de advocacia, magistratura, Ministério Público, demais profissões jurídicas e para atendimento ao público.

Os Núcleos de Práticas Jurídicas servem de aporte na preparação do acadêmico de Direito para o exercício de suas habilidades, não devendo restringir-se apenas ao desempenho da advocacia, mas das demais atividades relacionadas, levando os acadêmicos a uma formação humanística, desenvolvendo um senso ético-profissional ligado a responsabilidade social e a necessidade da constante atualização. Nesse sentido dispõe o artigo 11 da Portaria nº 1.886/94:

As atividades do estágio supervisionado serão exclusivamente práticas, incluindo redação de peças processuais e profissionais, rotinas processuais, assistência e atuação em audiências e sessões, vistas a órgãos judiciários, prestação de serviços jurídicos e técnicas de negociações coletivas, arbitragens e conciliação, sob o controle, orientação e avaliação do núcleo de prática jurídica.

Diante disso, os Núcleos de Práticas Jurídicas devem obedecer duas formas de atuação na aplicação do ensino-aprendizagem, o fim didático-pedagógico e o seu compromisso ético-jurídico-social.

No que tange ao fim didático-pedagógico dos Núcleos de Práticas Jurídicas, essa finalidade vai ao encontro das exigências dos currículos dos Cursos de Direito onde há a previsão da prática jurídica como componente curricular obrigatório e assim esses devem levar em consideração a qualidade do serviço prestado e não a quantidade de atendimentos realizados, possibilitando a participação dos alunos na prestação de serviços jurídicos e em assistências jurídicas.

As atividades desenvolvidas pelos acadêmicos nos NPJs são realizadas através de casos reais e/ou fictícios, realizando atendimento a comunidade onde estão inseridos, fornecendo orientação jurídica, confeccionando peças processuais sempre acompanhados de professores-orientadores, que auxiliam os estudantes no desempenho dessas atividades sanando suas dúvidas e qualificando-os através da troca de experiências.

Os atendimentos realizados ao público pelo NPJ que é direcionado para as pessoas carentes e tem o objetivo de ampliar a reflexão teórico-prática, superando as fronteiras do conhecimento unidisciplinar e conservador característico do paradigma legalista (NOLETO, 1999).

Portanto, os Núcleos de Práticas Jurídicas têm um papel fundamental na formação acadêmica de qualidade, e ainda serve como um facilitador do acesso à justiça pela

comunidade carente na qual está inserido.

O acesso à justiça está previsto no artigo 5º, XXXV da Constituição Federal que diz: “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de direito.” Pode ser chamado também de princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional ou princípio do direito de ação.

O acesso à justiça é direito humano e essencial ao completo exercício da cidadania. A tutela jurisdicional é exercida através da garantia de acesso à justiça e se constitui um dos maiores instrumentos para garantir uma ordem jurídica justa. Portanto, o acesso à justiça está intimamente ligado à justiça social, é a ponto de ligação entre o processo e a justiça social.

Nesta perspectiva o Núcleo de Práticas Jurídicas da UNICRUZ, desenvolve suas atividades proporcionando o acesso à justiça na comunidade de Cruz Alta/RS, onde os acadêmicos realizam atividades reais e fictícias, através das disciplinas de laboratório jurídico, estágios curriculares supervisionados I, II e III e estágio curricular supervisionado em mediação.

Para atender a isso, o funcionamento do NPJ da UNICRUZ pode ser assim descrito: é realizada uma triagem aos clientes que estão enquadrados nos requisitos de atendimento do NPJ, como por exemplo, a renda máxima de até 03 (três) salários mínimos; a comprovação de residência em Cruz Alta/RS, e não possuir bens que ultrapassem o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), posteriormente os clientes são encaminhados para entrevista com os acadêmicos, sob a supervisão de um professor orientador, que irão analisar o caso apresentado dando devido encaminhamento com o ajuizamento da ação ou realização de uma mediação entre as partes para a tentativa de uma conciliação via NPJ a qual posteriormente será encaminhada para homologação judicial.

O NPJ da UNICRUZ já ajuizou, até o presente momento, aproximadamente cerca de 3.900 (três mil e novecentos) processos judiciais e em torno de 360 (trezentos e sessenta) mediações realizadas e homologadas judicialmente.

Desse modo o NPJ da UNICRUZ possibilita ao acadêmico do curso de direito o contado com a prática processual, seja ela através de casos reais ou fictícios, de modo que o mesmo consegue por em prática o conhecimento adquirido em sala de aula, e se deparar com suas dúvidas, objetivando que com a auxílio dos professores orientadores consigam esclarecê-las, adquirindo novas experiências e em consequência disso melhorar a qualidade de ensino.

Atrelado a prática processual ofertada aos acadêmicos o Núcleo de Práticas Jurídicas tem um caráter social, na medida em que presta contribuição a sociedade através dos serviços prestados, que servem como um facilitador do acesso à justiça aos economicamente vulneráveis.

Ressalta-se que para a efetivação de todos os direitos, o acesso à justiça é requisito fundamental, uma vez que os mesmos só se concretizam se for real a possibilidade de exercê-los junto ao Poder Judiciário. Dessa forma o acesso à justiça

é a garantia de que os direitos se concretizem, sendo primordial para a efetivação dos direitos. E, portanto, qualquer impedimento no direito de acesso à justiça provoca limitações ou mesmo impossibilita a efetivação da cidadania.

Segundo Sadek (2009, p.170), “sem o direito de recorrer à justiça, todos os demais direitos são letras mortas, garantias idealizadas e sem possibilidades de concretização”.

Desse modo, o acesso à justiça é uma garantia constitucional, e assim foram criados vários mecanismos para viabilizar o princípio do acesso à justiça, entre eles a gratuidade da justiça aos pobres, as Defensorias Públicas, os Juizados Especiais e os Núcleos de Práticas Jurídicas.

A Constituição Federal busca assegurar que todas as pessoas tenham garantidos seus direitos, e sendo um dos meios de garantia à via judicial, quando não há formas administrativas da solução dos conflitos, os núcleos de práticas jurídicas vieram contribuir com o acesso à justiça, visto que através da assistência judiciária gratuita viabilizam o ingresso de ações judiciais, sejam contenciosas ou voluntárias, junto ao poder judiciário.

Para a efetividade de todos os direitos, sejam eles individuais ou supra-individuais, de primeira, segunda ou terceira geração, o acesso à justiça é requisito fundamental, é condição *sine qua non*. Os direitos só se realizam se for real a possibilidade de reclamá-los perante tribunais imparciais e independentes. Em outras palavras, o direito de acesso à justiça é o direito sem o qual nenhum dos demais se concretiza. Assim, pode se perceber a importância de existir meios que garantam o acesso à justiça, visto que essa é a única forma de assegurar a efetividade de todos os direitos.

Assim, a contribuição do NPJ garante aqueles que têm menor poder aquisitivo a possibilidade de exercerem seus direitos. Portanto, constata-se que o NPJ da UNICRUZ é de extrema importância, tanto para o corpo discente, quanto a comunidade local, que além dos demais meios de acesso à justiça, tem no NPJ mais uma forma de viabilizar seus direitos.

### **3 | METODOLOGIA**

A metodologia utilizada para a construção desse presente trabalho foi de caráter bibliográfico e documental, a partir da análise investigativa dos registros concretos de atendimentos realizados à comunidade.

### **4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A contribuição do NPJ do Curso de Direito da Universidade de Cruz Alta garante aqueles que têm menor poder aquisitivo a possibilidade de exercerem seus direitos.

Dessa forma o NPJ da UNICRUZ atua na seguinte sistemática: é realizada uma triagem aos clientes que estão enquadrados nos requisitos de atendimento do NPJ, como por exemplo, a renda máxima de até 03 (três) salários mínimos; posteriormente os clientes são encaminhados para entrevista com os acadêmicos, sob a supervisão de um professor orientador, que irão analisar o caso apresentado dando devido encaminhamento com o ajuizamento da ação ou realização de uma mediação entre as partes para a tentativa de uma conciliação via NPJ a qual posteriormente será encaminhada para homologação judicial.

Insta registrar que até o presente momento o NPJ da UNICRUZ já ajuizou cerca de 3.900 (três mil e novecentos) processos judiciais e em torno de 360 (trezentos e sessenta) mediações realizadas e homologadas judicialmente.

## 5 | CONCLUSÃO

Através desse trabalho, percebe-se a importância da existência dos Núcleos de Práticas Jurídicas para a formação acadêmica, no que tange ao ensino-aprendizagem da prática jurídica, bem como na contribuição social, uma vez que serve como um facilitador do acesso à justiça auxilia os órgãos assistenciais na promoção do acesso à justiça daqueles que não tem condições de arcar com às custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do seu sustento, levando ao alcance da comunidade a garantia da efetivação dos direitos fundamentais.

Desse modo verifica-se que através dos estágios práticos realizados junto ao NPJ da UNICRUZ os acadêmicos conseguem aliar a teoria à prática aprimorando os conhecimentos adquiridos em sala de aula qualificando-os para o mercado de trabalho. Ainda, pode-se destacar que o NPJ contribui para a efetivação do direito fundamental do acesso à justiça amparado no artigo 5º, inciso LXXIV da Constituição Federal.

Assim, pode-se depreender que o NPJ possui duas funções basilares, quais sejam, a pedagógica e a social. A pedagógica verifica-se a partir das atividades pedagógicas desenvolvidas por meio do ensino de prática jurídica aos acadêmicos; já a social, advém do trabalho realizado pelos acadêmicos em seus estágios levando ao alcance da comunidade a garantia da efetivação dos direitos fundamentais através da assistência judiciária aos economicamente vulneráveis.

Nesse sentido, espera-se que o ensino jurídico a partir das suas práticas processuais-profissionais voltadas ao atendimento a comunidade carente, promova a conscientização de que são necessários esforços e comprometimento social, a partir de um diálogo entre a teoria e a prática do direito na formação de um acadêmico cidadão.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Saraiva: São Paulo, 2014;

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação e Cultura. **Portaria nº 1.886, de 30 de dezembro de 1994.** Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 26 ago 2014;

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação e Cultura. **Resolução nº 9, de 29 de setembro de 2004.** Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 26 ago 2014;

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos.** Traduzido por Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992. Tradução de: L'età dei Diritti.

BRITO, R.C. da C. e Outros. **O papel do Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade Piauiense – FAP como instrumento de cidadania.** Revista F@pciencia, Apucarana-PR, n. 8, v. 7, p. 73-88 (2010). Disponível em [www.fap.com.br/fapciencia/007/edicao\\_2010/008.pdf](http://www.fap.com.br/fapciencia/007/edicao_2010/008.pdf). Acesso em 27 abr de 2015;

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça.** Sergio Fabris, 2002;

CORREIA, Eveline de Castro. **Núcleo de prática jurídica: um diálogo entre a teoria e a Prática nos cursos de direito.** Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=63923f49e5241343>. Acesso em 01 mai 2015;

NOLETO, Mauro Almeida. **Prática de direitos: uma reflexão sobre prática jurídica e extensão universitária.** Faculdade de Direito UnB, 1999.

OLIVEIRA, André Macedo. **Ensino Jurídico, diálogo entre teoria e prática.** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2004;

SADEK, Maria Tereza Aina. **Acesso à justiça - porta de entrada à inclusão social.** Rio de Janeiro: Scielo Book, 2009.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-083-4

